

PETIÇÃO Nº 188 / XI/1ª

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões CPLAOT	
N.º Único	<u>339175</u>
Entrada/Série n.º	<u>37</u> Data: <u>10/01/26</u>

Por determinação de Sua Excelência o  
Presidente da A.R. à DAC  
R/a 12.ª comissão  
10.07.22  
*[assinatura]*

Exm.º Senhor

Presidente da Assembleia da República

Hortense Fernandes Costa Fava, portadora do Bilhete de Identidade número \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_, por \_\_\_\_\_, residente em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, primeira subscritora da presente petição ao abrigo da Lei 43/90, de 10 de Agosto, alterada pelas Leis n.ºs. 6/93 de 01 de Março, 15/2003 de 4 de Junho e 45/2007 de 24 de Agosto, solicita a V. Ex.ª. que a Assembleia da República diligencie as iniciativas que considere mais adequadas, afim de ser recuperada a qualidade ambiental numa parte da localidade de Pegões, degradada após a instalação da empresa Enermontijo, junto a uma zona habitada.

Com os melhores cumprimentos,

a) *Hortense Fernandes Costa Fava*

Pegões, 2010-01-05

Assembleia da República Cabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>339175</u>
Classificação
<u>14</u> / _____ / _____
Data <u>10/01/22</u>

- nota
- Contém 307 assinaturas
  - Contacto da 1.ª Subscritora:

# PETIÇÃO

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia da República

Os cidadãos subscritores da presente petição, solicitam a V. Ex.<sup>a</sup> que seja verificado se o artigo 66º da Constituição Portuguesa está a ser respeitado e que determina que “ Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender” e no seu número 2, alínea b que enunciam que o Estado com o envolvimento dos cidadãos deve “ Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem”, após o início da laboração da unidade industrial Enermontijo Lda, localizada na freguesia de Pegões, Concelho do Montijo.

- Os cidadãos subscritores solicitam que a Assembleia da República verifique se as entidades públicas com competências para o efeito, que analisaram o processo de localização desta unidade industrial, provem se esta, não é incompatível com a legislação vigente em matéria de ordenamento do território e ambiente;
- Os cidadãos solicitam ainda a V. Ex.<sup>a</sup> que a Assembleia da República fiscalize as entidades públicas com responsabilidades para o efeito, se já procederam à medição do ruído dentro e fora das habitações contíguas e nos diversos momentos de laboração, incluindo o período nocturno, fins-de-semana e feriados;
- Os subscritores da presente petição pedem que a Assembleia da República verifique se o Governo já analisou a qualidade do ar dentro e fora das residências dos inúmeros cidadãos queixosos, que residem na proximidade desta unidade industrial, nomeadamente o teor de partículas fixas e difusas que são libertadas no processo industrial assim como o de transporte de madeiras e aglomerados;
- Os cidadãos pedem à Assembleia da República que fiscalize o Governo para apurar se as análises à qualidade do ar foram efectuadas em diversos cenários atmosféricos, considerando o carácter contínuo da unidade industrial e a particularidade de que a emissão de partículas se agrava em situações de tempo seco e que as diversas orientações do vento afectam invariavelmente todos os cidadãos que residem num raio relevante da unidade industrial;

- Estes cidadãos solicitam ainda que todos os dados recolhidos lhes sejam facultados e que em face da legislação da República Portuguesa, a Assembleia da República verifique se o Governo promoveu todas as iniciativas para que se respeite a legislação vigente sobre ambiente e ordenamento do território.

Os Subscritores:

Nome	Assinatura	BI